

Filiação adotiva, civilização e direitos humanos:
o caso da menina indígena Korikrã
(Santa Catarina/Brasil, 1905-1936)

Adoptive filiation, civilization and human rights:
the case of the indigenous girl Korikrã
(Santa Catarina/Brazil, 1905-1936)

Silvia Maria Favero Arend*

smfarend@gmail.com

Resumo:

No município de Blumenau (Santa Catarina/Brasil), no início do século XX, constatamos a emissão de três discursos que associavam o ideário do progresso ao chamado “problema dos indígenas”: o do “mau selvagem e o do bom civilizado”. Este, ligado a tendências do Evolucionismo Social; aquele, proferido pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Neste artigo, descrevemos as ações engendradas pelo discurso evolucionista-social. Seus emissores afirmavam que, pela filiação adotiva, os indígenas Xokleng se tornariam civilizados. Analisaremos o método empregado pelo médico alemão Hugo Gensch para dar a uma menina Xokleng uma educação segundo os preceitos de uma família burguesa e teuto-brasileira.

Palavras-chave:

Filiação adotiva; Populações indígenas; Civilização.

Abstract:

In Blumenau town (Santa Catarina/Brazil), early XXth century, we noticed the emission of three discourses which connected the ideal of progress to the called “problem of the Indigenous”: the “bad savage and the good civilized” discourse; that one linked to Social Evolutionists tendencies; and that one pronounced by Service for the Protection of Indians and Localization of National Workers, a governmental agency. In such article we describe the actions produced through the Social Evolutionist discourse. The agents of this kind of ideas used this discourse to express that the adoption of children from the Xokleng people could be a practice more civilized. We analyze the method applied by Hugo Gensch, a German doctor, in order to educate a Xokleng girl under the ideas of a burgess as well as a Teuton Brazilian family.

Keywords:

Adoptive filiation; Indigenous people; Civilization.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora do curso de Graduação em História e dos Programas de Pós-graduação em História e em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É coordenadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) e membro do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

Introdução

Em 1905, caçadores de índios, financiados por colonos descendentes de alemães e de italianos, adentraram nas matas situadas a oeste do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e realizaram as suas “batidas” contra os xokleng, indígenas do tronco linguístico Jê, que habitavam aquele território. A menina Korikrã presenciou aqueles eventos e, posteriormente, os narrou da seguinte forma:

[...] Os dois últimos ataques aos indígenas estavam muito bem organizados, resultando no extermínio completo desta *tribo* [sic]. O primeiro realizou-se logo após o levantar do sol, mas os índios viram-se cercados e não puderam mais chegar às suas armas, procurando-se salvar pela fuga quem pudesse. A menina presenciou como a mãe foi degolada, mas o pai agarrou a menina, fugindo com ela para o mato, incitando-a sempre: “corra...corra...”. [...] Seguiu-se o último assalto pela última lua cheia do ano passado. Neste último assalto, os índios foram encurralados, de modo que ninguém conseguisse fugir (GENSCH, 1908, p. 27-29).

Naquela última “batida”, Korikrã e outras mulheres e crianças foram capturadas e, depois, levadas pelos bugreiros através da região das araucárias para a sede do município de Blumenau, localizado no estado de Santa Catarina. Neste percurso, realizado a pé, os indígenas sofreram maus tratos; contudo, não foram expostos à população da região, que pagava para vê-los, prática que ocorrera com o grupo anterior de crianças e de jovens que também fora raptado.

Korikrã, em seu “novo mundo”, tornou-se filha adotiva de uma família de origem alemã que residia na cidade de Blumenau. A filiação adotiva na sociedade ocidental pode ser definida, de forma mais genérica, como uma relação social em que uma pessoa — criança, jovem ou adulto — é transferida na condição de filho/a a uma outra família num processo que visa à criação de laços de parentesco de diferentes naturezas, que podem ou não ser legitimados no campo jurídico. De acordo com a antropóloga Claudia Fonseca, a filiação adotiva na sociedade ocidental não compreende qualquer “esquema de evolucionismo linear” (1995, p. 117). A prática da adoção foi utilizada no Ocidente há vários séculos, tendo em vista diversos fins. Entre eles, a perpetuação da linhagem, visando à obtenção de mão de obra na zona rural ou urbana, para o estabelecimento de alianças políticas. Em processos sociais como esse, e, em particular, no que diz respeito ao objeto deste texto, geralmente os interesses das comunidades, famílias e/ou das pessoas adultas se sobrepunham aos das crianças e dos jovens.

A adoção da menina indígena xokleng ocorreu na primeira metade do século XX. Naquele momento histórico, em vários lugares do globo — Itália, Alemanha, Espanha, Irlanda, Canadá ou Austrália —, foram implementadas políticas sociais ou ações de menor envergadura pelos Estados nacionais, ou por instituições da sociedade civil (igrejas, partidos políticos, etc.) que tinham como foco a filiação adotiva. Os historiadores Fabio Macedo, Jean-François Mignot e Isabelle Robin comentam sobre estes processos, que se caracterizaram em grande medida pela violação de direitos humanos:

D’autre part, au XXe siècle, des projets politiques pilotés par des acteurs publics et/ou privés, se sont emparés du fait adoptif infantile, soit pour répondre à la demande croissante d’enfants adoptables, soit pour imposer leur idéologie et leur vision de la société, de la famille ou de l’enfance. Il s’agit, essentiellement ici, de diverses formes d’adoptions forcées, qui peuvent être caractérisées, *a minima*,

par le retrait d'enfants sans le libre consentement des géniteurs, le plus souvent de la mère, au nom de l'intérêt de l'enfant et de la société. Les projets politiques qui sous-tendent ces adoptions forcées furent marqués par la violence et la brutalité (MACEDO; MIGNOT; ROBIN, 2021, p. 5).

A partir de tais premissas, este artigo objetiva analisar como a filiação adotiva foi utilizada como parte de um determinado projeto político e social, que visava a implementar o “progresso” no território catarinense no início da República. A narrativa, em um primeiro momento, descreve o referido projeto; em seguida, focaliza a experiência da filiação adotiva vivenciada por uma menina pertencente à etnia xokleng. Matérias de jornais publicados em Blumenau no período, assim como o compêndio escrito pelo pai adotivo da menina indígena, afora outros documentos publicados na revista *Blumenau em Cadernos*, nortearam a escrita da narrativa. As mencionadas fontes, redigidas em língua portuguesa e alemã, foram cotejadas a partir da ótica da análise do discurso. É importante observar, ainda, que encontramos outras interpretações nos campos da Antropologia Social e da História sobre a experiência da menina Korikrã, com destaque para as produzidas por Silvio Coelho dos Santos (1973) e por Luiza Tombini Wittmann (2007).

Projetos para solucionar o problema dos indígenas no município de Blumenau: o extermínio, a filiação adotiva e a reserva

O município de Blumenau, localizado nas terras do Vale do Itajaí, era composto, no início do século XX, pelos distritos administrativos de Blumenau, Gaspar, Indaial, Encruzilhada (atual município de Rio dos Cedros), Hammonia (atual município de Ibirama), Bella Aliança (atual município de Rio do Sul), Rodeio e Acurra. Sua população girava em torno de cerca de 60.000 pessoas (DEEKE, 1995, p. 254). As matérias publicadas nos jornais de Blumenau demonstram que, na época, Gustavo Salinger, Pedro Christiano Feddersen, Bruno Hering, Curt Hering, Henrique Probst, Eugen Fouquet, Alwin Schrader, Paulo Aldinger e José Bonifácio da Cunha, que compunham uma elite empresarial, política e intelectual da região, almejavam que o município se desenvolvesse e ganhasse as formas sugeridas por uma disseminada ideologia de progresso econômico-capitalista. Segundo Marshall Berman (1989), a noção de progresso está associada a um movimento de alteração, quase sempre veloz, dos planos materiais, sociais e culturais de uma sociedade, concebida em função dos grandes projetos de desenvolvimento. Segundo os artigos dos periódicos *Der Urwaldsbote* e *Blumenauer Zeitung*, o progresso “chegava” até Blumenau por meio dos grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Gaspar Alto, a Colônia Hansa-Hammonia e a Estrada de Ferro Santa Catharina, financiados por capital alemão e local. Os debates nos jornais informam que este grupo social entendia ser necessário remover os empecilhos que obstruíam ou diminuía a velocidade do processo de modernização que começava a se operar no município. Os deslocamentos dos indígenas Xokleng pelo território do Vale do Itajaí constituía um dos obstáculos mais complexos a serem vencidos.

No início do século XX, a elite blumenauense encontrava-se dividida em dois grupos que disputavam o poder político no município. De um lado tínhamos o grupo liderado por Pedro Christiano Feddersen, que

era apoiado pela “Associação Popular” e pelo jornal *Der Urwaldsbote*. De outra parte, havia aquele chefiado por José Bonifácio da Cunha, que veiculava as suas ideias através do jornal *Blumenauer Zeitung*. Nos pleitos de 1902, 1906 e 1910, a facção ligada ao periódico *Der Urwaldsbote* venceu as eleições para o cargo de superintendente do município de Blumenau. As controvérsias entre os dois grupos políticos em relação à implementação dos grandes projetos de desenvolvimento para o município eram debatidas também no jornal “Novidades”, publicado na cidade de Itajaí, de propriedade da influente família Konder, fortemente incrustada nas relações políticas de Santa Catarina. A solução do chamado problema dos indígenas era objeto das mais profundas divergências entre os dois grupos. Uma das facções defendia o genocídio dos Xokleng, enquanto a outra preconizava a filiação adotiva dos indígenas (ARENDA; WITTMANN, 2002).

O jornal *Der Urwaldsbote* publicava, com grande frequência, artigos cuja temática eram os indígenas que habitavam as terras do Vale do Itajaí. Estes eram redigidos, em sua maioria, pelo jornalista e primeiro secretário da Câmara Municipal nas gestões de 1902, 1906 e 1910, Eugen Fouquet. Em seus textos, os Xokleng eram descritos como “os primitivos senhores da terra, os índios que recuam diante da cultura”, os “cães vermelhos”, os “inhumanos”, os que “possuíam instintos selvagens”, “uma praga”, etc. Num trecho de um artigo intitulado “Ainda os bugres”, observamos o referido discurso:

Se o governo não estivesse completamente cego, não assistiria, de sangue frio, como vai ser destruída a propriedade e ameaçada a vida dos lavradores que, pioneiros da cultura, se estabeleceram no meio do sertão. [...] Estes factos prejudicarão a *immigração* que, segundo se diz, há de ser protegida. Se o governo se julga obrigado a defender os inúteis selvagens, que pague pelo menos os viveres que estes roubam, pois os colonos, trabalhadores que são, não tem a obrigação de alimentar os vagabundos vermelhos. E o próprio *commercio* fica paralisado pelo funesto tratamento acariciador dos índios. As estradas ficam desertas; não há mais tropeiros que ousem passar por aqui.

O ideário do “mau selvagem e do bom civilizado” norteava o discurso do periódico *Der Urwaldsbote* acerca dos indígenas. Conforme tal ideário, formulado e divulgado por pensadores europeus nos séculos XVII, XVIII e XIX, os indígenas eram considerados selvagens, isto é, alheios ao movimento da História. Sob este prisma, selvagem refere-se a uma criatura inferior, física e moralmente degenerada, semelhante aos animais. Já os europeus eram considerados civilizados. O sociólogo alemão Norbert Elias sintetiza a acepção de civilizado nesta perspectiva:

O conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais (ELIAS, 1994, p. 23).

Para essa parcela da elite blumenauense, que percebia os indígenas sob a ótica do “mau selvagem e do bom civilizado”, os indígenas Xokleng pertenciam ao estado da Natureza, não havendo então a possibilidade de os tornar civilizados, pois, entendia-se, de acordo com essas premissas, que *cultura* era sinônimo de *civilização*. A solução preconizada para o problema dos indígenas do Vale do Itajaí consistia, então, no aniquilamento físico do grupo étnico, o que se daria por meio das ações dos caçadores de índios.

O grupo que expressava as suas concepções sobre os indígenas no jornal *Blumenauer Zeitung* tinha como porta-voz o doutor Hugo Gensch. O médico, conhecido como *bugervater*, ou seja, amigo dos bugres, emitia as seguintes considerações sobre o problema:

Fui a primeira pessoa que, nesta região, levantou, publicamente, a voz contra os assassinatos hediondos das campanhas de represália aos assaltos dos índios. Falei, porém, aos surdos. A minha afirmação da possibilidade de transformar um selvagem, através do bom trato e ensinamento em pessoa culta, negaram-me com gargalhadas de ironia, assegurando que o índio foge do convívio do civilizado logo que encontre oportunidade e que as melhores crianças indígenas, sabendo-se sem vigilância, vingam-se nos pais de criação, como desforra a tudo que tenha acontecido a sua tribo, da parte dos brancos (GENSCH, 1908, p. 14).

No século XIX, pensadores europeus e estadunidenses, tais como Bachoffen, Morgan, MacLennan, elaboraram uma outra teoria explicativa sobre o modo de vida das populações indígenas da América e dos povos da África e da Ásia. Segundo os evolucionistas sociais, “as diversas regiões do globo eram habitadas pela espécie humana”, mas esta “desenvolvia-se nos planos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais, em ritmos desiguais”, o que significava que sua evolução obedeceria aos “mesmos estágios culturais”, que conduziriam finalmente à “Civilização” (AREND; WITTMANN, 2002, p. 77). Hugo Gensch entendia que os indígenas Xokleng, enquanto caçadores e coletores, encontravam-se no estágio cultural da selvageria. O médico apregoava que, através da filiação adotiva, ou seja, dos processos de socialização que se dariam no interior da família, seria possível transformar uma pessoa que vivia no estágio cultural da selvageria em uma pessoa civilizada.

Para os imigrantes alemães, a possibilidade de utilização da filiação adotiva para a socialização dos indivíduos possivelmente não estava associada somente a argumentos de cunho científico. A prática da *fosterage*, isto é, da transferência temporária de crianças e jovens tanto para os cuidados de parentes consanguíneos, afins ou de compadrio, quanto para pessoas sem nenhum vínculo de parentesco, visando à socialização para o mundo do trabalho, continuou a ser realizada com bastante frequência durante o século XIX por ingleses e alemães, especialmente entre os habitantes do campo. No novo lar, os chamados filhos de criação eram utilizados como mão de obra e, muitas vezes, tratados de maneira diferenciada dos consanguíneos. Segundo Claudia Fonseca, “a desigualdade é um elemento de *fosterage* geralmente aceito”, pois esta prática está inserida em um sistema de trocas de bens materiais e simbólicos no qual famílias um pouco mais abastadas da comunidade acolhiam os filhos das famílias que tinham menos posses ou eram pobres (FONSECA, 1995, p. 33). Em um conto da obra *Am Lagerfeuer*, José Deeke, um dos memorialistas de Blumenau, informa sobre a presença da *fosterage* na população. Por meio da narrativa da personagem Madame Van Dahlen, mostra como a prática se processava:

— Sou filha única de um casal de colonos que se estabeleceu rio acima, na colônia, onde cresci bem e mal, como costuma acontecer na região; contudo, eu era feliz. Depois de ser “confirmada”, conforme o costume, passei a ser empregada doméstica junto a uma família da localidade principal, no centro

urbano, pois, apesar de na colônia as moças apreenderem o serviço da roça, precisavam também conhecer os trabalhos de casa. Empregando-se numa casa de família na cidade, resolviam o problema matando dois coelhos de uma só cajadada, apreendendo o que lhes ainda faltava completar e, além disso, ganhavam algum dinheiro (DEEKE, 1999, p. 33).

A historiografia relata que nas terras da América portuguesa e, depois, do Brasil, crianças, jovens e mulheres indígenas foram raptadas por europeus ou seus descendentes, tendo em vista questões de ordem demográfica (FREYRE, 1977) ou de obtenção de mão de obra (MONTEIRO, 1994). Esta prática vicejava também na região do Vale do Itajaí e no litoral catarinense. O caso mais famoso registrado, no município de Blumenau no início do século XX era o da jovem indígena Benedita Inglat, criada pelo casal Wiegand e Sofia Engelke, habitantes da localidade de Salto Weissbach (WOLF, 2002). Os escritos de Gensch indicam que havia pessoas da região que tentavam transformar os homens e as mulheres Xokleng, então “caçados a laço”, em mão de obra, mas obtinham muito pouco êxito, porque os indígenas acabavam retornando para o seu grupo étnico. Por outro lado, o sequestro dos filhos e filhas dos imigrantes pelos indígenas, eventualmente, também acontecia. José Deeke, no conto “Aventuras de Jeremias”, narra as experiências de um menino descendente de colonos alemães junto aos xokleng (DEEKE, 1934). A aprovação ou o repúdio dos blumenauenses ao projeto de caráter humanitário do bloco capitaneado pelo médico para os indígenas estava relacionado, em parte, a tais experiências de contato interétnico, que eram conhecidas da população.

Concomitante tanto aos discursos do “mau selvagem e do bom civilizado”, quanto àqueles dos evolucionistas sociais, que engendravam, cada um a seu modo, o etnocídio e o projeto da filiação adotiva, verificamos nos jornais, especialmente após 1910, a emergência de uma outra proposição para os indígenas Xokleng do Vale do Itajaí. De acordo com José Deeke, que administrou a Colônia Hansa-Hammonia por vinte anos, o deslocamento dos indígenas pelo seu território tradicional prejudicava os negócios com financiamentos provenientes da Alemanha, especialmente os assentamentos dos colonos e a utilização da Estrada de Ferro Santa Catharina. O agrimensor, em seu longo arrazoado, intitulado “A questão indígena”, entendia que o governo brasileiro havia negociado terras que eram “domínio territorial original dos silvícolas”. Sendo assim, o estado de Santa Catarina e a União deveriam solucionar a contenda (DEEKE, 1995, p. 213-257).

Não sabemos até que ponto as pressões sobre o governo estadual e o federal, tanto a praticada por capitalistas alemães, financiadores da Colônia Hansa-Hammonia, quanto a de empresários blumenauenses, foram decisivas para a resolução da controvérsia. Todavia, neste período, tendo em vista a nova percepção do governo republicano em relação aos indígenas, dirigiram-se para o Vale do Itajaí funcionários do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais — SPILTN — e homens que diziam ser especialistas em civilizar indígenas. Após várias tentativas fracassadas, que eram ridicularizadas em artigos do jornal *Der Urwaldsbote*, em 1914, o funcionário do SPILTN do Posto de Atração instalado no interior da Colônia Hansa-Hammonia, Eduardo de Lima e Silva Hoerhan conseguiu contactar os Xokleng. A “pacificação” dos indígenas, como é denominado pela História oficial de Blumenau o processo de confinamento dos Xokleng em determinado território, tinha o seu início (THEIS, 2000). Em 1926, foi

oficialmente instituída a Reserva Indígena Duque de Caxias, localizada no interior da Colônia Hansa-Hammonia.

Paulo Aldinger, pastor luterano, que atuava no município e um dos defensores do projeto humanitário, caracterizava, num artigo publicado em 1918 no *Kalender fuer die Deustchen in Brasilien*, o que seriam “os principais planos para essa pacificação”, que consistiam em “trazer os ainda selvagens para o convívio dos já meio civilizados e dos empregados do Posto”, o que ocorreria “sem forçá-los por qualquer meio, e muito menos pela violência”, tendo como resultado “conquistá-los para a civilização e, paulatinamente, integrá-los na comunidade brasileira” (ALDINGER, 1969, p. 39). Esta tentativa de integração dos Xokleng à sociedade nacional seria executada, por um longo tempo, sob os auspícios do Serviço de Proteção ao Índios, que, influenciado por referenciais teóricos positivistas, procuraria transformar os indígenas em trabalhadores disciplinados (GOMES, 1991). Segundo essas projeções, durante as primeiras décadas do século XX, os Xokleng se tornariam, aos poucos, “civilizados”, como desejava parte da elite do município de Blumenau, seja na Reserva Indígena, seja participando do projeto humanitário idealizado por Hugo Gensch. A seguir, analisaremos uma parte desse processo, isto é, a experiência de Korikrã, menina que protagonizou o projeto da filiação adotiva proposto.

A filiação adotiva dos Xokleng como um projeto civilizador

Após chegarem a Blumenau, as crianças e as mulheres Xokleng, raptadas pelos bugreiros em 1905, foram alojadas no colégio das irmãs da Divina Providência. Durante sua estadia naquela instituição, algumas crianças foram batizadas para, em seguida, serem transferidas na condição de filhas de criação para as famílias Flesch, Zimmermann, Margarida, Ayres Gama e Cunha Silveira. Uma menina, que tivera decepada parte de seu pé, permaneceu na instituição escolar sob os cuidados das Irmãs da Divina Providência. Sabe-se, ainda, de um menino que foi enviado para Florianópolis para ser criado pelo monsenhor Topp, que lecionava no Colégio Catarinense, instituição de ensino vinculada à congregação dos jesuítas.

Korikrã foi encaminhada à família do médico Hugo Gensch. Seu pai adotivo teve que enfrentar alguns obstáculos legais e morais para poder ficar com a menina, pois era cidadão alemão, livre pensador e não professava nenhuma religião. No que se refere aos aspectos jurídicos, um médico brasileiro, amigo de Gensch, permaneceu como tutor da menina indígena. Korikrã foi batizada com o nome de Maria. Em cartas e em artigos de jornais, a jovem é referida pelo nome Maria Gensch. Em carta que escreveu ao pai adotivo da menina em 1925, Eduardo de Lima e Silva Hoerhan desejava “sinceras e respeitadas saudações à Exma. Senhora e à Senhorita Maria”. Quando em casa, ou em outros lugares de Blumenau, a menina também devia ser chamada de Maria. Cabe destacar, todavia, que, no estudo feito pelo médico e pai adotivo sobre a sua “educação”, este a chamou pelo nome indígena Korikrã.

Hugo Gensch logo passou a pôr em prática seu projeto de socialização, que ele chamava genericamente de “educação”. Para o médico, se a sua ação civilizatória tivesse êxito, as perseguições aos indígenas Xokleng poderiam cessar. O processo civilizador, como descreveu Norbert Elias, que acontece na dimensão do individual, mas visando sobretudo à estabilidade social e à dominação de uma classe social, envolve um conjunto de ações articuladas entre si: a adoção de valores e práticas da cultura ocidental; o uso do corpo e o controle das emoções. A “educação” de Korikrã, de acordo com seu pai adotivo, durou aproximadamente três anos; contudo, entende-se que ao longo de sua vida esse projeto civilizador esteve presente de forma constante em seu cotidiano (ELIAS, 1994).

A história de Korikrã, assim como das outras mulheres e crianças raptadas nos assaltos dos bugreiros e enviadas para Blumenau e Florianópolis, desenrolaram-se em “locais” que a linguista Mary Louise Pratt chama de “zonas de contato”. Estas constituíram “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente, em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação — como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos, ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 2001, p. 27). A relação de filiação adotiva que se estabeleceu entre as crianças Xokleng e as famílias dos descendentes de alemães caracteriza-se por ser um encontro assimétrico entre duas culturas, a ocidental e a dos grupos indígenas jês. Durante o processo de “educação”, a menina parecia ter consciência da violência cultural que vivenciava. Hugo Gensch narrou um desabafo de Korikrã à sua mãe adotiva, em que a indígena afirmava: “Minha fala vocês não sabe, mas mim sabe fala de vocês [...]”; por vezes, entretanto, ela ficava contente, apontando para determinado objeto, perguntando como chama?” (GENSCH, 1908, p. 39).

Inicialmente, Korikrã recusou-se a participar do projeto civilizador proposto pelos Gensch. Nesse primeiro período em sua nova casa, a menina gritava e chorava muito, pois tinha medo de ser assassinada a qualquer momento. Posteriormente, talvez porque percebesse que não iriam matá-la ou molestá-la, mas que não era mais possível voltar para os seus, ela entrou em um longo período de melancolia, no qual “ficava horas no jardim com os olhos baixos e em completo silêncio”. O médico descreveu os sentimentos evocados pela indígena na fase que denominamos de melancolia:

Quando ela já sabia se manifestar em alemão, disse ela repetidas vezes para a minha senhora: mamãe, vocês não devem supor que eu vim com gosto para junto de vocês. Não! Mas vocês todos são bons para comigo. Jamais, entretanto, eu poderia esquecer o que me aconteceu, e durante a noite vem sempre a minha mãe, de pescoço cortado, e mostra-me o meu irmãozinho, que foi retalhado em pedaços. Vem também o meu irmão Junvégma cantar para mim. De manhã, entretanto, quando eu acordo, eles não estão mais, e eu não tenho mais a ninguém, só a vocês (GENSCH, 1908, p. 26).

Hugo Gensch não informa por quanto tempo Korikrã permaneceu na fase da melancolia. Sabemos, entretanto, que, certo dia, depois de um jantar, ela dramatizou para seus pais e suas irmãs adotivas como fora o trágico ataque em que sua mãe e seu irmão consanguíneos haviam sido mortos. Após esse evento, chamado pela Psicanálise de catarse, quando há liberação de emoções muito fortes até então reprimidas, Korikrã ingressou de forma mais efetiva no projeto civilizador de Gensch. A socialização da menina Xokleng ocorreu

através de um processo denominado de transculturação. Segundo Mary Louise Pratt, as noções de aculturação e de desculturação, vigentes por longo tempo nas Ciências Humanas e na Literatura, eram reducionistas e não davam conta de explicar os encontros ou embates culturais vivenciados pelos diferentes grupos sociais. Para a autora, a transculturação é um fenômeno da zona de contato:

Etnógrafos têm usado este termo para descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam, a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana. Se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam (PRATT, 2001, p. 30, 31).

O método usado pelos Gensch para “educar” a menina era constituído de duas etapas. Inicialmente, apresentavam-se as novas práticas e valores ou então se deixava que, através da observação, ela os apreendesse. Posteriormente, seus pais e irmãos adotivos aprovavam as novas práticas executadas pela menina e desaprovavam as antigas, utilizando, conforme o caso, as palavras alemãs *fein* (fino) e *pfui* (despreza). Assim, através dessa pedagogia aplicada a Korikrã, o processo civilizador ia se operando, pois, de forma articulada, o que ocorria era, de um lado, a desqualificação da cultura Xokleng, e, de outro, a valorização de uma cultura ocidental de base alemã.

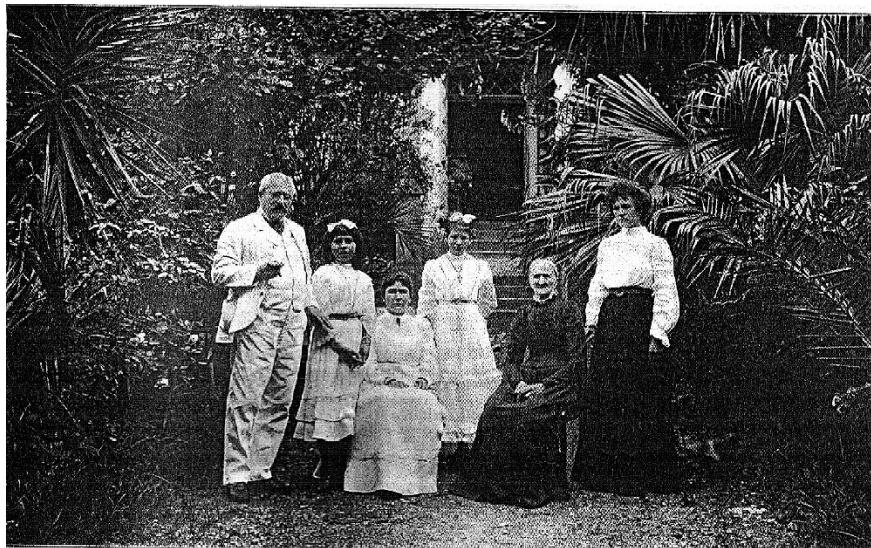
Não sabemos a idade da menina quando de seu rapto, mas, possivelmente, devia ter de 12 a 13 anos. Sua mãe e pai adotivos surpreenderam-se com suas práticas relativas ao “asseio corporal”:

Admiramos, desde o início, o asseio corporal da menina. De manhã ela lava-se muito bem, limpando os dentes tão intensivamente com água, usando os dois dedos indicadores, que podia ter servido de exemplo a muita gente “civilizada”. De igual limpeza ela usava para as refeições. Embora só usasse as mãos para levar as comidas à boca, ela teve o máximo de cuidado para não sujar o vestidinho. Logo mais pôde minha senhora verificar, também, o pudor feminino, durante o trocar de roupa, quando costumava ficar na posição de Vênus de Medici (GENSCH, 1908, p. 20).

Mesmo admirando as práticas corporais da menina Xokleng, seus pais adotivos ensinaram-lhe, de forma paulatina, outros hábitos, que ela acabou incorporando, aparentemente sem grandes resistências. Como escreve Gensch, “o uso dos utensílios desconhecidos, para as refeições, ela aprendeu com relativa facilidade” (1908, p. 20). No que tange à limpeza corporal, ela ia tomar banho no rio com toda a família, mostrando-se, então, uma exímia nadadora. Para se vestir, inicialmente deram-lhe camisolas; em seguida, porém, a menina solicitou vestidos, sapatos e fitas para o cabelo. Segundo Gensch, “muita habilidade demonstrou ela também na adoção do uso de calçados”, admitindo-se ter-se sentido “visivelmente envaidecida” quando, pela primeira vez, calçou “um par de sapatos, tipo canoinhas, grandes demais para ela, mas que ela aguentava nos pés, com incrível força de vontade”. Mais tarde, teria pedido “um par de botinas, agora em moda, que apertam bem as juntas dos pés” (GENSCH, 1908, p. 37).

Nas várias fotos disponíveis de Korikrã, jovem ou adulta, a menina aparece vestida de acordo com os ditames da moda europeia do início do século XX. Nessas imagens, produzidas ao longo de anos, acompanhando seu crescimento, Korikrã parecia estar relativamente à vontade ao fazer as poses rígidas

exigidas pelos fotógrafos da época. As fotografias que a retratavam eram utilizadas por seu pai adotivo para demonstrar que ele havia alcançado êxito em seu projeto civilizador, como também para comprovar a viabilidade de sua pedagogia. Abaixo, temos uma fotografia da menina juntamente com os membros de sua família adotiva, publicada no compêndio escrito por seu pai adotivo. Korikrã é a segunda pessoa, da esquerda para a direita.



Hugo Gensch e sua família. Korikrã está de pé, ao lado do pai adotivo.
Extraído de GENSCHE, Hugo. *Die Erziehung eines Indianerkindes.*
Praktischer Beitrag zur Lösung der südamerikanischen Indianerfrage.
Berlim: Druck von Gebr. Unger, 1908.

Segundo Eduardo Viveiros de Castro, nos séculos XVI e XVII os padres jesuítas da colônia portuguesa na América produziram um discurso segundo o qual a psique dos indígenas Tupi-guaranis e Tupinambás seria caracterizada pelo que chamavam de “inconstância da alma selvagem”. Esse discurso está presente nos textos de pensadores brasileiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX, em especial, nos escritos de Gilberto Freyre. Para os religiosos, os indígenas se convertiam apenas superficialmente, voltando sempre para as práticas e os valores de sua cultura — canibalismo, guerra de vingança, bebedeiras, poliginia, nudez, ausência de autoridade centralizada e de um território fixo — o que era considerado pelos jesuítas como “maus costumes”. De acordo com o antropólogo:

Esta proverbial inconstância não foi registrada apenas para as coisas da fé. Ela passou, na verdade, a ser um traço definidor do caráter ameríndio, consolidando-se como um dos estereótipos do imaginário nacional: o índio mal converso que, à primeira oportunidade, manda Deus, enxada e roupas ao diabo, retornado feliz à selva, presa de um atavismo incurável. A inconstância é uma constante da equação selvagem (CASTRO, 2002, p. 186-187).

Os opositores de Hugo Gensch pareciam estar imbuídos da percepção da “alma selvagem” descrita pelo antropólogo. Para o grupo político que olhava os Xokleng a partir de uma identidade fixa, os indígenas, na primeira oportunidade que tivessem, fugiriam para a floresta ou matariam os seus pais de criação. Já, para

o médico, era possível superar os considerados “maus costumes” e a “inconstância da alma” dos Xokleng, pois as considerava características de um certo estágio evolutivo. Parece, todavia, não ter sido tarefa fácil o processo civilizador que envolvia a psique de Korikrã. Gensch afirma, inclusive, que, muitas vezes, sua esposa Anna ameaçava desistir de continuar “educando” a menina.

O casal, inicialmente, demonstrou para a menina que os membros da sua nova família não iriam matá-la e que ela poderia confiar neles. Superado este momento, seu pai adotivo passou a levá-la para passear pelas ruas de Blumenau. Nesse período, os olhares indiscretos das pessoas que cruzavam com ela no centro urbano ainda provocavam grande insegurança na menina, que logo passava a suar frio e queria retornar para casa. Aos poucos, porém, a insegurança foi sendo amenizada, especialmente quando Korikrã começou a falar o idioma alemão com as pessoas da família e, depois, com os estranhos. Para Hugo Gensch, ela dera um longo passo em direção ao estágio da civilização, enquanto que para Korikrã, talvez, o novo mundo que a cercava se tornava um pouco mais inteligível.

Ao aprender o idioma alemão, a menina transpôs duas fronteiras simbólicas, que, para os teutos, estavam, muitas vezes, entrelaçadas: a civilizacional e a étnica. Para Norbert Elias, no século XIX, o ideário da Civilização entre os alemães estava associado ao ideário da camada média intitulado de *Kultur*:

Na origem deste conceito, no século XVIII, ele designava a auto-imagem do estrato intelectual da classe média. Os nobres, que exerciam o poder político nas regiões que no século XIX formariam o estado alemão, não possibilitavam que a camada média tivesse acesso à vida cortesã-aristocrática cujo modelo era importado da corte francesa e identificado a noção de *Zivilisation*. Esta classe média, que ascendia socialmente, através da Literatura e de obras de cunho filosófico, gesta um conjunto de discursos que descrevem o que é ser alemão nos planos artístico, intelectual e religioso. A “comunidade imaginada” alemã, pensada pelos nacionalistas no século XIX, terá como um dos seus pilares o ideário da *Kultur* (ARENDE; WITTMANN, 2002, p. 76).

Não estamos afirmando que Korikrã, ao falar o idioma alemão, passava a ser considerada pelos teutos do município de Blumenau como um membro do grupo étnico. mas, sim, que a menina deixava de ser vista como uma “selvagem” para ingressar na categoria dos “outros” — os italianos, os “brasileiros”, os afrodescentes, etc. —, que também habitavam a região e eram percebidos pelos imigrantes alemães, com frequência, como inferiores (SEYFERTH, 1981).

Korikrã demorou um tempo até se expressar no idioma alemão da forma considerada por seu pai adotivo como correta. O médico escreve que “surgiram palavras e denominações gozadas”, pois uma “cadeira, durante muito tempo, era ‘senta-te aqui’, enquanto a escada era interpretada pelas palavras ‘venha para mim’. Um homem de nariz vermelho, ela caracterizava como homem de ‘nariz-acende-fogo’” (GENSCH, 1908, p. 23). Essa “dificuldade” talvez estivesse associada às formas de percepção do mundo vigentes na cultura Xokleng. Enquanto a cultura ocidental atribui nomes que singularizam os objetos, a menina indígena descrevia as coisas a partir das suas funções e interações com o mundo. O aprendizado do idioma alemão permitiu que Korikrã assistisse a “aulas”; entretanto, seu pai adotivo não informa se essas lições eram ministradas em casa ou em uma escola da cidade. Depois de um certo período frequentando esses cursos, ela “já havia adquirido

um vocabulário bastante extenso em português” e demonstrava interesse em aprender até a língua inglesa (WITTMANN, 2003, p. 11-37).

Ao longo do processo de “educação” da menina, Hugo Gensch solicitava que ela lhe ensinasse o idioma Xokleng. No início, Korikrã resistia, mas depois começou a falar algumas palavras e até ria quando ele as soletrava errado. O médico sempre se interessara em conhecer o idioma das sociedades indígenas, pois, quando morara no Paraguai, antes de se instalar em Blumenau, aprendera a falar a língua guarani. O conhecimento da “gramática” Xokleng o levou a escrever um pequeno dicionário dessa língua, e, mais tarde, ensinar esse vocabulário a Eduardo de Lima e a Silva Hoerhan. O domínio do idioma, ainda que rudimentar, permitiu ao funcionário do SPILTN contactar o grupo étnico em 1914. Korikrã, de forma involuntária, acabou contribuindo para o processo de “pacificação” dos Xokleng.

Os Gensch, possivelmente, não tentaram impor, de forma sistemática, à sua filha adotiva as principais doutrinas cristãs professadas na localidade, a católica e a luterana. Por outro lado, em um artigo publicado na revista *Blumenau em Cadernos*, José Ferreira da Silva sugere que Anna Gensch levava a menina para assistir às missas na igreja matriz de Blumenau (SILVA, 1960, p. 233-35). As outras crianças indígenas que ficaram sob a tutela das irmãs da Congregação da Divina Providência eram obrigadas a professar a fé católica.

O médico enfatiza, em seu relato, que adotou Korikrã para civilizá-la e não para que realizasse os serviços domésticos em seu lar. Segundo Gensch, com exceção de um caso, esta era também a intenção dos demais pais adotivos blumenauenses que participavam do projeto humanitário por ele proposto. A possibilidade de obter um acréscimo na mão de obra familiar, contudo, possivelmente também impulsionava estes casais a “educarem” os pequenos Xokleng, tendo em vista a importância deste tipo de trabalhador na região.

Eduardo Viveiros de Castro infere que o tema da civilização dos “gentios” atormentava, há quase 500 anos, as elites portuguesas e, depois, as brasileiras. As missões jesuíticas, os aldeamentos, a introdução da servidão, entre outras experiências, foram práticas consideradas pouco eficazes, na medida em que os indígenas retornavam para o seu *ethos*. Para o evolucionista social Hugo Gensch, a família era o grande instrumento civilizador. Sua filha adotiva Maria Gensch, vítima de um sequestro e de uma violência cultural radical, era a “prova” disso. O médico apresentou, no XVI Congresso de Americanistas em Viena em 1908, o compêndio escrito sobre a menina, obra que, segundo ele, continha uma contribuição prática para a solução do problema do indígena sul-americano. Neste mesmo ano, a monografia foi publicada em Berlim pela editora dos irmãos Hunger, com o título “Die Erziehung eines Indianerkindes” (A educação de uma menina indígena). De acordo com Gensch:

[...] pude observar, entretanto, que também as demais crianças trazidas das selvas, têm a mesma inteligência, e apresentam a mesma aptidão para a formação moral, de modo que só posso lamentar, sempre de novo, que os representantes da cultura e religião não tivessem encontrado outros meios para a solução da questão dos índios, do que violência e brutalidade, em vez de despertarem os talentos inatos dos habitantes primitivos desta terra, para o aproveitamento no cultivo dos sertões ermos e despovoados deste grande país (GENSCH, 1908, p. 38).

Entre as crianças Xokleng raptadas, que permaneceram morando em Blumenau, somente Korikrã e o filho de criação da família Zimmermann, chamado pelos habitantes da cidade de “cachorro louco”, sobreviveram até a idade adulta. Korikrã, ao longo de sua vida, acompanhou seus pais adotivos em duas viagens para a Alemanha e foi até a reserva indígena rever seus parentes consanguíneos. Ela permaneceu solteira e morando com sua família adotiva em Blumenau até morrer, em 1936, com aproximadamente 43 anos de idade, acometida pela tuberculose. Reza um antigo ditado popular que as doenças do peito estão associadas às tristezas da alma.

Considerações Finais

A historiadora estadunidense Lynn Hunt (2009), em obra considerada clássica em relação à temática dos direitos humanos, afirma que no século XIX e no início do XX foi gestado, na sociedade ocidental, um conjunto de discursos que se contrapôs ao enunciado pelos pensadores iluministas após a Revolução Francesa. Dentre estes discursos, destacam-se o racista, o sexista, o antissemita e o evolucionista social, que foram fundamentais nos processos de construção dos Estados-nações na Europa e América, da mesma forma que para a conquista dos territórios da África, da Ásia, da América (especialmente nas marchas para o “Oeste”) e da Oceania por britânicos, franceses, belgas, alemães, estadunidenses, etc. A filiação adotiva da menina Korikrã está inserida neste cenário de violação de direitos humanos, cujo resultado, em muitos casos, foi o de extermínio de grupos sociais no plano físico e/ou sociocultural. No Brasil, foi somente com advento da Constituição Federal de 1988 que a sociedade garantiu uma gama de direitos aos grupos indígenas. Esta garantia de direitos, nas últimas três décadas, todavia, caracteriza-se por conquistas e recuos, tal como ainda se verifica nos dias atuais.

A prática da filiação adotiva também se tornou um tema do ideário dos direitos humanos, associada à temática das infâncias, em função de experiências semelhantes à da menina Korikrã, foco deste artigo. O Estado brasileiro, desde a década de 1960, vem procurando regulamentar a mencionada prática no campo jurídico a partir dos interesses das crianças e dos jovens. Entretanto, foi somente com o advento da Convenção dos Direitos da Criança, em 1989, e do Estado da Criança e do Adolescente, em 1990, que mudanças significativas ocorreram em relação aos processos que envolvem a filiação adotiva na sociedade brasileira.

Referências:

- ALDINGER, Paulo. A pacificação dos Indígenas de Santa Catarina. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, t. X, n. 2, p. 36-39, 1969.
- AREND, Silvia Maria Fávero. WITTMANN, Luisa Tombini. O “problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900-1914): polifonias. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, Tomo XLIII, n. 5/6. mai./jun. p. 62-82, 2002.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002.
- DEEKE, José. Aventuras de Jeremias. *Calendário Blumenauense para 1934*. Blumenau: p. 93-104, 1934.
- DEEKE, José. Histórias ao redor da fogueira do acampamento. O fantasma da Barra Morta. Primeira Parte. *Blumenau em Cadernos*, t. XL. n. 7, jul. p. 18-42, 1999.
- DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Ática, 1977.
- GOLDBERG, Jeremy. Orphans and Servants: The socialization of young people living away from home in the English Later middle ages. In: CORBIER, Mireille (Org.) *Adoption et fosterage*. Paris: De Boccard, 1999. p. 231-246.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os Índios e o Brasil. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HARTOG, François. Entre os antigos e os modernos. Os selvagens. Ou, de Lévi-Strauss a Lévi-Strauss. *Tempo Brasileiro. América: consonâncias e dissonâncias*. Rio de Janeiro, nº. 110, p. 43-54, jul./set., 1992.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.
- HEGEL, Georg W. F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- KILIAN, Frederico. Figuras do Passado. Eugen Fouquet, o jornalista batalhador e político. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, t. 19, n. 9, set. p. 247, 248, 1978.
- MACEDO, Fabio; MIGNOT, Jean-François; ROBIN, Isabelle. Histoire de l’Adoption (xvie-xxie siècles). Droits, pratiques e acteurs. *Annales de Démographie Historique*, v. 1, p. 1-15, 2021.
- MACFARLANE, Alan. *História do amor e do casamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SILVA, José Ferreira da. O Natal da Bugrinha. *Blumenau em Cadernos*. T. III , n. 12, dez., p. 233-35, 1960.
- THEIS, Ivo et al. *Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a História e a historiografia em Blumenau*. Blumenau: Editora da FURB, 2000.
- WITTMANN, Luisa Tombini. Entre o giz e a espada: a educação civilizatória indígena em Blumenau (1904-1914). In: DALLABRIDA, Norberto (Org.) *Mosaico de Escolas*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2003. p. 11-37.
- WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.
- WOLF, Cristina S. Memórias do esquecimento: índias na memória familiar do Sul do Brasil. *Anais do IX Encontro Estadual de História*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

Submissão: 19/07/2022

Aceite: 30/07/2022